Perfil do aluno com insucesso escolar numa comunidade rural da RAM

Caso específico do concelho de S. Vicente

Alice Mendonça

1. Introdução

Actualmente as estatísticas oficiais revelam-nos que o insucesso escolar traduzido pelas taxas de reprovação e de abandono assumem contornos cada vez mais gravosos.

Deste modo, a preocupação patente neste estudo, pautou-se pela avaliação da extensão deste fenómeno em cada um dos concelhos do Arquipélago da Madeira entre os anos lectivos 1994 e 2000, em cada um dos ciclos que integram a escolaridade obrigatória.

Apesar do insucesso escolar não constituir um fenómeno susceptível de redução a indicadores exclusivamente quantitativos, optámos por efectuar o cálculo das taxas de reprovação e de abandono escolar visto as mesmas propiciarem uma apreciação perceptível porquanto mensurável.

Contudo, reduzir este indicador a uma unidade de medida, além de nos proporcionar a percepção de uma realidade meramente aproximada, revela-se também insuficiente para determinar "quem reprova" e "porque reprova". Deste modo, o estudo de caso com recurso a entrevistas semi-estruturadas, permitiu-nos delinear o perfil dos alunos vitimados por sucessivas reprovações.

2. As fontes e as opções metodológicas

Para a apreciação deste fenómeno na R.A.M.,[1] procedemos ao levantamento da base de dados da Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos que contemplava todas as escolas desta Região, durante os anos lectivos compreendidos entre 1994 e 2000, relativamente ao número de alunos matriculados, aprovados e retidos, em cada ano de escolaridade, discriminando o sexo, as transferências e as saídas do sistema escolar.

[1] Região Autónoma da Madeira.

Este último suporte de informação, espacial e anualmente desagregada[2] à data da sua recolha, manifestou-se a fonte privilegiada para encetar o presente estudo, visto possibilitar o seu tratamento e análise.

Os dados referentes a este período cronológico que nos propusemos estudar, particularizavam a situação de cada concelho, escola e nível de ensino, relativamente a matrículas, transferências, aprovações, reprovações e ainda *saídas*[3] do sistema escolar.

Embora nas *saídas*[4] se incluíssem situações distintas, tais como óbitos, deslocação para o Continente português, emigração e ainda o próprio abandono escolar registado nas Comissões de Menores, a impossibilidade de desagregar estes dados, condicionou-nos a utilizá-los como sinónimo de abandono escolar, visto que quer as deslocações para o Continente, quer os óbitos ou mesmo a emigração, apresentavam valores bastante reduzidos.[5] Por outro lado, a nossa deslocação ao Tribunal de Menores, ao confrontar-nos com números consideráveis de processos envolvendo situações de abandono escolar sugeriram-nos que as *saídas* traduziam com maior frequência o abandono escolar, inversamente às outras três situações (deslocações para o Continente, óbitos e emigração) aspecto que se revelou decisivo na opção pela metodologia que decidimos, ou seja, os valores das *saídas* foram considerados *abandonos*.

Uma vez que esta base de dados foi constituída mediante o preenchimento manuscrito de um inquérito por parte de cada estabelecimento de ensino da Região[6], encetámos o contacto directo com algumas escolas para avaliar da eficiência deste procedimento. Concluímos então que esta incumbência se pautou por critérios distintos; enquanto alguns Directores Executivos incluíram nas estatísticas das reprovações os alunos que deixaram de frequentar a escola no decorrer de um ano lectivo, por se encontrarem abrangidos pela escolaridade obrigatória e consequentemente não poderem sair do sistema, outros optaram por colocá-los na rubrica das *saídas do sistema*.

Esta constatação permitiu depreender que os valores das reprovações não se limitaram a incluir apenas os alunos que frequentaram a escola e não obtiveram

---

[2] À excepção do item *saídas do sistema*.
[3] Estas incluem óbitos, emigração, deslocações para o continente português e abandono escolar registado nas Comissões de Menores.
[4] De acordo com a indicação constante na nota de rodapé da base de dados.
[5] Para estas situações consultámos as Estatísticas Demográficas referentes à emigração e à mortalidade, cujos valores eram pouco significativos quando comparados com o abandono escolar. Embora conscientes da margem de erro em que incorremos, pareceu-nos ser esta a metodologia mais adequada face à inexistência de alternativas susceptíveis de suprir esta lacuna.
[6] Região Autónoma da Madeira.

aproveitamento, mas também aqueles que não foram avaliados por falta de assiduidade e devido a este facto não transitaram de ano.

Face a este cenário, as margens de erro na análise destes dois indicadores - saídas do sistema (abandono escolar) e reprovações - são uma realidade que não pode ser obviada. Não obstante, consideramos que os dados disponíveis são susceptíveis de, com maior ou menor fidedignidade, facultarem uma panorâmica da realidade escolar madeirense durante este período.

Metodologicamente, procedemos ao cômputo das taxas de reprovação e abandono escolares, em cada um dos concelhos da RAM. Estas pautaram-se pelos seguintes critérios:

TR = Taxa de reprovação

$$\boxed{TR = \frac{R}{NI}.100}$$

onde:
R= Número de alunos reprovados
NI = Número de alunos inscritos

TAb = Taxa de abandono

$$\boxed{TAb = \frac{Ab}{NI}.100}$$

onde:
TAb = Número de alunos que saíram do sistema
NI = Número de alunos inscritos

3. Análise dos dados estatísticos

Com o intuito de facilitar a apreciação das taxas de reprovação e de abandono escolar, numa perspectiva comparativa entre concelhos, optámos por destacar a vermelho os três valores mais elevados registados por estes dois indicadores em cada ciclo e ano lectivo, visto que ambos se reportam a situações de insucesso escolar.

Assim, após uma primeira etapa de trabalho que contemplou o cálculo das taxas de reprovação e de abandono escolar em cada um dos concelhos da Região Autónoma da Madeira, foi possível apurar que São Vicente se destacava do total Regional visto que os seus valores superavam consideravelmente todos os outros da Região.

TABELA 1. EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO NA RAM, POR CONCELHO, CICLO E ANO LECTIVO (1994/2000)

CONCELHOS	CICLOS	ANOS LECTIVOS					
		94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/2000
CALHETA	1º CICLO	24.4	19.9	26.2	21.5	19.3	20.4
	2º CICLO	6.5	11.7	13.6	16.4	15.2	8.9
	3º CICLO	3.9	8.7	17.4	8.6	8.9	10.4
	TOTAL	14.3	14.9	20.8	16.3	15.1	14.7
CÂMARA DE LOBOS	1º CICLO	28.2	26.7	23.6	23.9	25.3	25.0
	2º CICLO	16.6	12.6	16.2	17.0	15.4	18.2
	3º CICLO	19.9	19.6	25.0	24.0	16.6	16.4
	TOTAL	23.9	22.1	22.3	22.5	21.1	21.5
FUNCHAL	1º CICLO	12.2	12.4	11.4	11.1	12.2	12.5
	2º CICLO	8.1	9.5	12.4	14.9	13.6	15.5
	3º CICLO	12.1	15.6	13.7	18.0	15.1	19.6
	TOTAL	11.3	12.8	12.4	14.4	13.6	15.7
MACHICO	1º CICLO	15.7	12.8	8.2	11.7	12.2	10.6
	2º CICLO	9.8	17.0	14.4	18.8	21.5	19.3
	3º CICLO	11.8	14.8	16.3	14.6	20.5	13.4
	TOTAL	13.1	14.4	12.4	14.5	17.4	13.8
PONTA DO SOL	1º CICLO	23.8	15.6	14.9	18.3	18.0	22.6
	2º CICLO	2.2	4.3	3.7	20.7	8.8	13.0
	3º CICLO	9.3	11.3	15.6	29.6	14.8	16.4
	TOTAL	15.2	11.9	12.7	21.9	15.1	18.6
PORTO MONIZ	1º CICLO	15.1	16.1	17.0	21.2	19.6	17.9
	2º CICLO	2.3	15.9	18.3	17.1	16.9	12.0
	3º CICLO	18.1	3.1	16.0	30.8	23.3	20.9
	TOTAL	12.8	12.1	17.1	23.6	20.3	17.7
PORTO SANTO	1º CICLO	13.7	14.9	12.1	11.7	10.5	10.7
	2º CICLO	3.8	16.9	8.9	13.2	9.0	14.3
	3º CICLO	9.2	16.0	13.5	16.0	18.9	16.8
	TOTAL	10.2	15.7	11.7	13.6	13.1	13.9
RIBEIRA BRAVA	1º CICLO	27.6	28.3	22.2	20.7	19.6	16.8
	2º CICLO	3.3	6.1	12.5	14.3	18.4	16.0
	3º CICLO	4.2	12.4	20.4	20.2	10.4	12.6
	TOTAL	17.0	19.2	19.6	18.9	16.7	15.4
SANTA CRUZ	1º CICLO	16.9	16.9	15.1	17.2	15.7	15.7
	2º CICLO	9.2	11.5	13.1	15.1	14.2	16.6
	3º CICLO	7.0	14.7	16.4	13.3	16.2	20.0
	TOTAL	12.5	15.1	15.0	15.6	15.5	17.2
SANTANA	1º CICLO	20.3	14.3	15.5	19.1	14.8	14.0
	2º CICLO	15.1	11.7	17.3	12.2	16.6	27.4
	3º CICLO	17.3	10.7	22.7	13.7	16.0	11.0
	TOTAL	18.1	12.5	18.1	15.8	15.6	15.8
SÃO VICENTE	1º CICLO	23.1	24.3	25.0	20.8	22.9	18.5
	2º CICLO	14.8	17.1	18.1	12.3	12.7	19.1
	3º CICLO	18.8	22.5	17.7	19.4	20.1	25.5
	TOTAL	20.3	22.1	21.2	18.3	19.7	20.9
GERAL DA MADEIRA	1º CICLO	18.4	17.3	15.8	16.8	16.4	16.3
	2º CICLO	9.4	11.1	13.3	15.9	14.8	16.3
	3º CICLO	12.1	15.1	19.1	16.3	15.7	17.7
	TOTAL	14.5	15.2	15.4	16.6	15.8	16.7

TABELA 2. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA RAM, POR CONCELHO, CICLO E ANO LECTIVO (1994/2000)

CONCELHOS	CICLOS	ANOS LECTIVOS					
		94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/2000
CALHETA	1º CICLO	0.9	0.5	1.2	0.3	0.9	1.6
	2º CICLO	2.3	1.0	3.0	4.2	1.6	2.4
	3º CICLO	2.1	4.7	5.1	5.6	3.8	1.9
	TOTAL	1.5	1.9	2.7	2.8	2.0	1.9
CÂMARA DE LOBOS	1º CICLO	0.7	1.9	2.3	1.5	1.0	1.6
	2º CICLO	2.7	2.5	1.7	2.3	2.5	2.4
	3º CICLO	2.3	1.8	2.2	6.3	5.5	5.3
	TOTAL	1.3	2.0	2.1	2.8	2.4	2.6
FUNCHAL	1º CICLO	1.3	0.7	0.6	0.7	0.3	0.4
	2º CICLO	1.0	0.8	0.9	1.0	1.3	1.7
	3º CICLO	2.7	2.2	2.6	2.5	3.2	3.8
	TOTAL	1.7	1.2	1.4	1.4	1.6	1.9
MACHICO	1º CICLO	0.0	0.3	0.2	0.4	0.2	0.7
	2º CICLO	1.4	1.6	0.8	0.7	2.2	1.2
	3º CICLO	0.8	1.5	0.9	0.7	4.1	4.0
	TOTAL	0.6	1.0	0.6	0.6	1.5	2.0
PONTA DO SOL	1º CICLO	0.0	1.1	0.6	0.3	0.3	0.3
	2º CICLO	0.0	1.3	2.2	0.0	0.0	1.9
	3º CICLO	0.7	0.0	3.1	5.2	4.6	2.8
	TOTAL	0.2	0.9	1.7	1.6	1.5	1.4
PORTO MONIZ	1º CICLO	0.7	0.0	0.9	0.9	0.5	0.5
	2º CICLO	1.5	0.8	0.7	1.6	0.0	0.9
	3º CICLO	2.9	3.7	2.5	6.5	7.2	4.7
	TOTAL	1.5	1.3	1.3	3.0	2.8	2.1
PORTO SANTO	1º CICLO	0.2	0.3	0.0	0.3	0.0	0.0
	2º CICLO	0.0	1.6	0.0	1.5	2.1	1.3
	3º CICLO	0.9	2.8	0.4	2.2	3.9	1.7
	TOTAL	0.4	1.4	0.1	1.3	1.9	1.0
RIBEIRA BRAVA	1º CICLO	1.4	1.9	2.3	1.3	0.3	0.9
	2º CICLO	2.2	2.6	3.4	2.7	4.9	1.6
	3º CICLO	4.6	2.8	8.0	0.4	4.5	7.7
	TOTAL	2.3	2.3	4.1	1.4	2.5	3.1
SANTA CRUZ	1º CICLO	0.3	1.4	0.9	0.5	0.7	0.4
	2º CICLO	2.2	1.5	0.4	1.2	1.1	4.5
	3º CICLO	3.3	3.0	1.9	2.5	2.4	2.7
	TOTAL	1.5	1.8	1.1	1.2	1.3	2.1
SANTANA	1º CICLO	0.1	1.1	1.4	1.4	0.2	0.4
	2º CICLO	1.1	2.6	0.8	1.6	1.3	1.0
	3º CICLO	7.6	6.8	3.6	1.2	4.2	3.4
	TOTAL	2.6	3.3	1.9	1.3	1.7	1.5
SÃO VICENTE	1º CICLO	4.6	2.3	1.5	1.1	1.4	3.8
	2º CICLO	3.9	3.0	4.1	5.3	4.9	3.4
	3º CICLO	1.7	1.7	3.3	5.2	7.8	4.1
	TOTAL	3.7	2.3	2.6	3.3	4.1	3.8
GERAL DA MADEIRA	1º CICLO	1.0	1.1	1.1	0.8	0.5	0.8
	2º CICLO	1.4	1.5	1.3	1.5	1.6	2.1
	3º CICLO	2.6	2.4	2.9	2.7	3.8	3.9
	TOTAL	1.6	1.6	1.6	1.6	1.8	2.1

4. Trabalho de campo

4.1. Os inquiridos

As entrevistas realizadas a cinco alunos vitimados por sucessivas reprovações (três rapazes e duas raparigas), tiveram como objectivo proporcionar uma melhor

compreensão dos dados submetidos a análise estatística. Na tentativa de compreensão das razões das suas *reprovações e* da especificidade das suas vivências optámos por uma reconstituição biográfica, que permitiu reconfigurar as suas trajectórias de vida assim como os condicionalismos que enformaram os seus percursos escolares. Deste modo, foi possível antever o modo como cada jovem percepciona a realidade em conformidade com o contexto económico, social, cultural, familiar e geográfico de origem, tornando perceptíveis os modos de pensar e de agir.

Embora a nossa amostra seja relativamente reduzida, a qualidade e a morosidade dos discursos encetados, assim como a relação de confiança que se foi estabelecendo entre os inquiridos e a investigadora, permitiram com alguma segurança, extrapolar as linhas conclusivas permitindo delinear uma relativa generalização dos resultados obtidos relativamente aos alunos residentes no mesmo espaço geográfico.

4.2. O contexto

Ocupando uma área de 78,70 Km2, o concelho de São Vicente situa-se no norte da ilha da Madeira. Em termos orográficos, a vila, sede de concelho encontra-se num enorme vale rodeado por elevadas serras, onde se situam as outras duas freguesias; Boaventura e Ponta Delgada. Em termos gerais trata-se de um concelho eminentemente rural e serrano. Apesar da construção de estradas e túneis nos acessos principais, as barreiras geográficas fazem-se sentir e uma pequena distância converte-se num percurso moroso. Isoladas, muitas habitações só são acessíveis mediante o percurso por carreiros de terra. Apesar de o sector primário ter sofrido um decréscimo[7], a vertente serrana apresenta-se revestida de um manto florestal muito rico e verdejante e o solo encontra-se totalmente cultivado, donde se depreende que a agricultura constitui a principal actividade de subsistência da população.

É pois, no concelho de Boaventura, um dos mais isolados da Ilha que residem os nossos cinco inquiridos.

Da análise das linhas de convergência advindas dos discursos destes alunos decorreu a elaboração daquele que consideramos ser o perfil-tipo dos alunos repetentes do concelho de São Vicente e, mais especificamente, dos alunos residentes na freguesia de Boaventura.

[7] De acordo com os Recenseamentos de 1991 e 2001.

5. Perfil dos alunos com insucesso escolar. Caso Específico de São Vicente.

À data do presente estudo (2006), os nossos inquiridos encontravam-se a frequentar o 3º Ciclo, em diferentes anos de escolaridade, três deles inseridos em Currículos Alternativos e os outros dois a beneficiar de Planos Individuais de Recuperação.

A principal analogia advém do facto de quatro dos entrevistados, cujas idades oscilam ente os 16 e os 18 anos, terem sofrido as primeiras reprovações no 1º ano do 1º Ciclo. A excepção recai no inquirido que frequentou o ensino Pré-Escolar e que reprovou pela primeira vez no 2º ano do 1º Ciclo, o que nos permite sustentar com alguma consistência que, em alguns casos, a frequência do ensino Pré-Escolar consegue esbater as dificuldades iniciais do ensino formal.

Todos eles advêm de agregados familiares bastante extensos, que oscilam entre os 6 e os 12 irmãos, o que nos permite concluir que nas famílias que vivem essencialmente da agricultura persiste o desconhecimento dos métodos contraceptivos e a percepção de que ter muitos filhos é uma fonte de riqueza aliada à possibilidade de ter mais mão-de-obra disponível para trabalhar a terra. Contudo, apesar de o número de filhos ser bastante elevado, os mais velhos já deixaram a casa paterna. Deste modo a mão-de-obra disponível reduziu-se em termos quantitativos, situação que penaliza estes alunos por integrarem o grupo dos filhos que ainda permanece na casa dos progenitores.

Dos cinco alunos inquiridos, apenas um declarou que ambos os progenitores trabalham para outrem (o pai é levadeiro e a mãe trabalha em outras fazendas). O trabalho na fazenda apresenta-se neste caso, como complemento do rendimento fixo mensal, ao mesmo tempo que ocupa todo o tempo familiar restante.

Três dos inquiridos referiram que os respectivos pais trabalham na construção civil, como complemento da actividade agrícola e que as mães “cuidam da casa e da fazenda”. Apenas uma das famílias vive exclusivamente da agricultura. Contudo, foi possível apurar que em todos estes agregados familiares, os produtos advindos desta actividade, partilhada por todos os membros do agregado, continuam a constituir uma importante fonte de subsistência para as famílias.

A este propósito um dos inquiridos referiu que o pai além de não deixar os irmãos mais velhos frequentar a escola, acabou por expulsá-los de casa, visto que se recusavam a trabalhar na agricultura. Tais considerações permitem-nos inferir que a

necessidade da ajuda dos filhos afectou mais a infância dos mais velhos, por ser no início do ciclo de vida familiar onde existiam menos braços de trabalho disponíveis e consequentemente maior dependência dos rendimentos advindos da exploração agrária.

O envelhecimento dos progenitores e a saída dos irmãos mais velhos para o exterior, fizeram recair novas responsabilidades sobre estes jovens. Deste modo, embora longe dos níveis laborais a que foram sujeitos os irmãos mais velhos, o seu apoio nos trabalhos agrícolas é assinalável e imprescindível. No caso das raparigas acresce ainda o auxílio nas tarefas domésticas diárias.

Neste contexto foi possível descortinar que as raparigas acompanham as mães, desdobrando-se entre a realização das tarefas da casa, e a execução de tarefas no campo. Assim, as tarefas relacionadas com a manutenção da casa, como limpar, lavar, arrumar, entre outras, excluídas dos padrões de trabalho dos rapazes, contam-se, entre as que compõem as agendas laborais das raparigas, que nelas participam em estreita colaboração com as mães.

Num cenário de precariedade material e escassez de mão-de-obra na agricultura, estas famílias utilizam uma meticulosa articulação de todos os recursos laborais que pressupõe a necessidade de aproveitamento do trabalho de todos os membros do agregado, incluindo os mais novos. Ao mesmo tempo que o seu trabalho representa uma contribuição indispensável para a sobrevivência/resistência de muitas das fazendas, a escola adquire um estatuto de inferioridade pela utilidade com que se lhes apresenta.

Embora todos os inquiridos disponham de casa própria porque foi construída pela própria família nas suas terras, a máquina de lavar loiça e o computador não fazem parte dos seus indicadores de conforto. Em contrapartida todos possuem telemóvel, bastante valorizado e utilizado como bem essencial. Por seu turno, a aquisição de computador é um sonho comum manifesto por todos os rapazes, embora excluído pelas raparigas. Daqui se infere que as novas tecnologias, nomeadamente o telemóvel e o computador, são bastante valorizadas, sobretudo pelo sexo masculino, sobrepondo-se aos valores culturais.

Um dos traços comuns a todos os agregados familiares consiste no facto de **os** progenitores possuírem uma escolaridade bastante reduzida, que em dois casos passa mesmo pelo analfabetismo. Estes alunos têm também em comum o facto de **os** irmãos mais velhos terem abandonado precocemente a escola (a maior parte não concluiu o 4º ano de escolaridade), pelo que cada um dos entrevistados, atingiu na sua família o grau de escolaridade mais elevado.

Neste cenário de forte iliteracia, **os** hábitos de leitura assim como a posse de livros são inexistentes. A leitura dos rapazes cinge-se aos jornais desportivos ou apenas ao acto de os folhear com intuito de consultar os resultados dos jogos de futebol. Interessante é também o facto de as raparigas limitarem as suas leituras esporádicas a livros destinados a faixas etárias inferiores ou a "histórias de amor".

As dificuldades económicas são comuns em todos os agregados familiares e além de nos terem sido referidas pelos jovens são sustentadas pelo facto de quatro deles beneficiarem de apoios da Acção Social Escolar. Quanto a um dos alunos a ausência deste benefício deve-se, segundo assinalou, ao desinteresse e/ou ignorância manifestos pela mãe relativamente à sua solicitação.

Os percursos escolares destes alunos indicam que foi no 1º ciclo que a taxa de reprovação atingiu os valores mais elevados, sobretudo no 1º ano. A eficácia do regime de Escola a Tempo Inteiro parece-nos difícil de avaliar, visto que a amostra deste estudo é reduzida. Assim, dos dois alunos que beneficiaram deste tipo de ensino, um deles teve sucessivas reprovações no 1º ciclo enquanto o outro apenas reprovou no 1º ano.

De qualquer forma, o que parece poder concluir-se é que os efeitos das desigualdades culturais face à escola são, no caso presente, bastante acentuados nos níveis de escolaridade mais baixos. Esta situação reveste-se, todavia, de particularidades algo paradoxais visto que os conteúdos programáticos do 1º ciclo contemplam vários temas que se aproximam do quotidiano dos alunos e a frequência escolar não os obrigou a deslocações para fora dos locais de residência.

Os efeitos nocivos das transições de ciclo não afectaram significativamente estes alunos, o que nos leva a inferir que tal circunstância se deve ao facto de se encontrarem inseridos em Currículos Alternativos e em Planos de Recuperação que permitiram a sua progressão.

Comum aos jovens que possuem fazenda é ainda o facto de trabalharem na agricultura desde tenra idade e de o continuarem a fazer nos tempos em que não estão na escola, ou seja, têm de conciliar os estudos com o trabalho agrícola.

Por seu turno, o facto da nossa amostra evidenciar a existência de uma participação laboral, antes e depois das aulas, permite concluir que a estes alunos se impuseram restrições ao nível das actividades escolares uma vez que aliado ao desinteresse e às dificuldades de aprendizagem, lhes resta pouco tempo para realizar os deveres e poucas energias para prestar atenção às matérias escolares. Estas necessitam de preparação que requer, obviamente, tempo livre e um ambiente que estimule a

concentração. Duas condições que são difíceis de reunir no quotidiano destes adolescentes e que estes corroboram, declarando que *estudar não faz parte dos seus hábitos diários.*

Neste contexto, além da habitual falta de tempo para estudar, a desmotivação, o desinteresse e a ausência de ajuda na realização dos trabalhos escolares andam a par.

Por outro lado, cansados pelo trabalho realizado encaram a escola mais como um lugar onde podem descansar e brincar, do que como um espaço onde também é necessário trabalho e esforço. O seu desempenho laboral efectua-se em concorrência com a escolaridade, pois o calibre das funções laborais agrícolas que cai directamente sobre os ombros destes alunos impossibilita uma relação normal com a escola. Deste modo, os horários de trabalho são tanto mais expressivos quanto maior for a disponibilidade permitida pelo horário da escola.

No ciclo de afazeres que compõem o seu dia-a-dia são de realçar as ausências de actividades lúdicas e de estudo fora da escola.

O exemplo da fuga ao trabalho foi-nos também relatado por um dos jovens que integra um clube de futebol não só porque gosta deste desporto, mas também porque os treinos e os jogos lhe permitem escapar ao labor imposto pelos progenitores.

Contrariamente ao interesse que os pais manifestaram no sentido de ter os filhos disponíveis para ajudar no trabalho rural, estes afirmaram que preferiam estar mais tempo na escola. Justificaram essa preferência falando, essencialmente, do prazer de conviver com os colegas, mas também realçaram o facto de a presença na escola os libertar do trabalho que teriam de realizar se não a frequentassem.

Quanto aos progenitores, incentivam os filhos a ingressar no mundo do trabalho sempre que surge uma reprovação. Esta é sentida como algo esperado e que, como tal, consubstancia a sua tese de que é preferível os filhos ingressarem no mundo do trabalho, pois a escola não lhes faculta nada de útil.

Assim, por uma ou outra razão e de forma mais ou menos explícita, todos os progenitores preferem que os seus filhos trabalhem ao invés de frequentar a escola, quer pela desvalorização que lhe conferem, quer pelos sucessivos atrasos. A esta representação não são certamente alheias as histórias escolares dos membros adultos da família, também estigmatizados pelo insucesso e pelo abandono.

Embora em todos os casos as mães assumam o cargo de Encarregadas de Educação, esta função limita-se apenas à denominação, visto que as suas deslocações às escolas se restringem ao levantamento das avaliações no final do período e, em alguns

casos, apenas à realização das matrículas. De salientar que, na maior parte dos casos, este desinteresse surge rotulado como *falta de tempo* ou *incompatibilidade de horários*.

Habitualmente o desinteresse pelos percursos escolares dos filhos é manifesto por ambos os progenitores, que não vêem qualquer utilidade na frequência escolar. A este propósito um aluno relatou-nos que *podia faltar às aulas porque a mãe não se importava.*

Face a este cenário, os alunos começam desde o 1º ciclo a compactuar com estas posturas. Assim, às dificuldades de aprendizagem, à falta de estudo e à não realização dos trabalhos de casa, começam a acrescer as brincadeiras na sala de aulas e os sucessivos atrasos aos primeiros tempos da manhã, quer porque se deitam e levantam tarde, quer porque o percurso serve de distracção. Embora a regularidade da participação laboral condicione o seu aproveitamento escolar, os aspectos enunciados surgem coadjuvados pelas fracturas que se abrem entre os saberes e conteúdos veiculados pela escola e as aptidões e conhecimentos adquiridos no meio familiar.

Deste modo, a relação entre a escola e os alunos rurais configura-se uma relação de confronto entre culturas: a cultura letrada da escola, dominada pela escrita, e a cultura das famílias, predominantemente oral.

Habituadas a um conhecimento útil e objectivo, estes alunos chegaram à escola munidos de escassos saberes escolarmente rentáveis, visto que os saberes socialmente adquiridos não se enquadram na cultura escolar. Ora uma vez que a aprendizagem constitui um processo construtivo interno, que decorre à medida que se relacionam novos dados com aqueles que já se possuem, os conhecimentos anteriores funcionam como base de apoio e elo de ligação, onde assentam os novos conhecimentos. Deste modo, devido às enormes disparidades entre os métodos e conteúdos da aprendizagem escolar e os da aprendizagem familiar, essencialmente prática, aquela raramente se concretiza.

Por este desfasamento entre a escolaridade e as experiências de vida, flui, certamente, muita da desmotivação revelada por estes alunos face à escola. Se a motivação é intrínseca e ocorre quando se atribui significado à aprendizagem, isto é, quando os assuntos estudados apresentam pontos de contacto com as vivências, é plausível que estes alunos não estejam motivados para aprender. Nestas circunstâncias, não serão de estranhar o desinteresse e a desatenção que manifestam na escola, originando situações de perturbação ao nível do comportamento e de repetido insucesso escolar.

A discrepância entre o quotidiano dos jovens e os princípios organizativos, os conteúdos e a linguagem da escola encontra-se subjacente nos seus discursos. A propósito da linguagem um dos inquiridos referiu que grande parte da turma apresenta problemas de relacionamento com a professora de Português visto que não entende o vocabulário que esta utiliza no decorrer das aulas.

Por outro lado, quando têm de se confrontar com os conteúdos e os procedimentos escolares, aos quais também não atribuem grande utilidade, os saberes aprendidos em casa e no campo revelam-se inúteis. Este facto dá consistência ao argumento de que o saber socialmente adquirido pelos alunos rurais se constitui num saber escolarmente inútil que, por seu turno, se apresenta destituído de significado.

Digno de relevo é o facto de se encontrarem conscientes das razões das suas reprovações, as quais apresentam pontos de confluência. Assim, quando questionados sobre as razões dos seus insucessos, foram unânimes em referir que no 1º ciclo além de não realizarem os trabalhos de casa, também perturbavam as aulas. Contudo, as referencias aos ciclos subsequentes encerram já falta de assiduidade e atitudes de afronta para com os professores. Ou seja, à medida que aumenta o ciclo de escolaridade mais se agrava o quadro de desinteresse e exclusão face à escola.

A este propósito um dos alunos referiu que não era aceite pelos colegas de turma, porque existia um desfasamento etário entre eles.

Esta constatação remete-nos para a situação descrita pelos inquiridos de que as faltas às aulas se desenvolvem em grupo, sendo este constituído por repetentes, excluídos do grupo-turma. Deste modo, os repetentes além de excluídos também se agrupam numa auto-exclusão que não deixa de constituir uma forma de manutenção da sua auto-estima. As faltas de assiduidade constituem assim, um momento importante para exibirem o seu desinteresse face à escola, ao mesmo tempo que aproveitam para desenvolver actividades de diversão que aquela não proporciona. Os rapazes tentam deste modo, construir a sua identidade no seio do grupo de amigos, também eles repetentes, manifestando desinteresse pela escola e procurando o convívio com as raparigas.

A disparidade de aproveitamento que se repercute na constituição do grupo de amigos permite consubstanciar a tese de que os alunos que reprovam são rejeitados pelos colegas com aproveitamento e deste modo tenderão para a cronicidade. Contudo, a própria inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem em turmas diferenciadas também consubstancia um sentimento de inferioridade face aos colegas

das turmas regulares, pois tal como nos referiram alguns dos inquiridos, sentem-se diferentes pelo facto de integrarem turmas com Currículos Alternativos ou beneficiarem de Planos de Recuperação.

Os nossos inquiridos permitiram-nos ainda constatar que, não obstante a desvalorização escolar e as atitudes de absentismo, subsiste a consciência de que não convém reprovar por excesso de faltas. Deste modo, os alunos repartem as faltas pelas diferentes disciplinas, visto que a frequência escolar constitui uma estratégia de fuga ao trabalho e uma possibilidade de conviver com os amigos.

Face a este contexto de absentismo, a eficiência das aulas de Apoio Pedagógico Acrescido torna-se praticamente nula, pois o desinteresse pelas matérias inviabiliza a sua eventual aprendizagem.

No ciclo inicial, o absentismo raramente fazia parte do quotidiano dos alunos. No entanto, no 2º e 3º ciclos esta atitude tornou-se frequente, incrementada pela deslocação das áreas de residência para o núcleo populacional principal, onde o menor controlo social é sinónimo de maior independência. Para quase todos eles, a transição para a escola do 2º e 3º ciclos revestiu-se de grande importância, ao significar uma mudança no modo de vida. Além da deslocação implicar a utilização de transportes públicos e percursos diários que totalizam em média duas horas diárias, a saída do local de residência permitiu o alargamento do espaço geográfico conhecido,[8] assim como um maior convívio com elementos do sexo oposto. Embora os sucessivos atrasos se tenham continuado a manifestar pela manhã, o transporte público obrigou à adopção de outro tipo de estratégia, nomeadamente a saída matinal em jejum, por não existir tempo para o pequeno-almoço.

Os registos da hora de deitar e de levantar permitiram fazer um cálculo aproximado do número de horas de sono, que se revelou extremamente baixo para alguns entrevistados. Visto que diariamente se deslocam de autocarro para as aulas do turno da manhã, dormem apenas seis a sete horas nos dias úteis. Contudo, aos atrasos matinais não é alheio o facto de se deitarem tarde. Assim, a televisão encontra-se no centro das suas preferências para ocupação da noite e dos eventuais tempos livres. Os rapazes destacaram como programas preferidos os filmes de acção, o futebol e as telenovelas. Quanto às raparigas preferem os filmes românticos, as telenovelas e, ainda que desajustados para a sua idade, os desenhos animados.

[8] Alguns destes alunos desconhecem mesmo a cidade de Funchal.

Face ao exposto, somos impelidos a concluir que os alunos do presente estudo iniciam frequentemente o dia escolar sonolentos, porque se deitam tarde e se levantam cedo e ainda em jejum, visto que prolongam o mais possível o tempo para dormir e, deste modo, não têm tempo para tomar o pequeno-almoço em casa.

Embora todos os inquiridos tenham revelado que sentiram tristeza aquando das reprovações, acrescentaram que essa sensação foi facilmente ultrapassada pelo facto de ter sido uma situação comum ao grupo de amigos. Deste modo, a reprovação foi sentida como algo inevitável, esperado e comum ao grupo de referência, o qual se vai progressivamente demarcando do conjunto de alunos que obtêm aproveitamento.

Sobre as causas das reprovações todos os rapazes inquiridos começaram por imputá-las a si próprios, referindo atitudes de desinteresse, falta de estudo e brincadeira nas aulas. Contudo, numa fase posterior essa culpa foi transferida para o grupo de amigos alegando que eram incentivados a faltar.

Além destes aspectos, os alunos abrangidos pela nossa amostra além de prestarem auxílio e apoio às actividades da família, também desempenham trabalho assalariado. Um deles começou por ser chamado para trabalhar noutras fazendas. Com o dinheiro obtido adquiriu um telemóvel e actualmente pretende ocupar as próximas férias escolares a trabalhar na construção civil, à semelhança dos seus amigos que desistiram de estudar e que optaram por não emigrar.[9]De referir que a emigração foi também a opção dos seus irmãos mais velhos destituídos de habilitações académicas. Contudo, trata-se de uma situação tendencialmente masculina, visto que as suas irmãs embora tenham abandonado o concelho, permaneceram no espaço português. Os outros jovens que entrevistámos também exercem trabalho remunerado nas férias e mesmo aos fins-de-semana: os rapazes trabalham na construção civil e as raparigas repartem-se por restaurantes e bares.

À medida que vão recebendo ordenado, estes jovens adolescentes vão aumentando a autoconfiança e a predisposição para continuar a desenvolver trabalho pago. A precariedade e a incerteza da condição de rural, operam como uma espécie de trampolim para aceder definitivamente à condição salarial, quase sempre nas actividades de construção civil, no caso dos rapazes, ou da restauração, sobretudo no caso das raparigas.

[9] A emigração é um fenómeno que caracteriza de forma significativa o norte da Ilha da Madeira.

Todos os alunos que possuem fazendas declararam que preferem o trabalho assalariado ao trabalho realizado para os pais, pois já que têm de trabalhar, então o melhor é fazê-lo mediante remuneração, o que lhes permitirá aceder a certas compensações. Ou seja, querem ter o seu próprio dinheiro; esta é a principal razão que os leva a preferir o trabalho remunerado fora de casa.

Atraídos pelo consumo de bens e lazeres próprios dos jovens das áreas urbanas, os adolescentes das comunidades rurais aqui estudadas acalentam o desejo de trabalhar para outrem. Vivem na ansiedade de adquirir certas roupas e frequentar determinados lugares. Para concretizar tais desejos precisam do seu próprio dinheiro, o que os encaminha precocemente para o mercado de trabalho e os afasta definitivamente da escola. Aliás, é muitas vezes a própria escola que promove o espírito consumista, levando as crianças mais pobres a sentirem necessidade de trabalhar.

Desempenhando actividades remuneradas, estes jovens podem dispor de algum dinheiro, o que lhes permite adquirir alguns dos bens de consumo ambicionados, nomeadamente telemóvel e roupa, embora todos os rapazes tenham atribuído grande importância ao automóvel cuja posse é sinónima de mobilidade social ascendente. Para além disso, contribuindo monetariamente para o rendimento familiar, obtêm da parte dos pais, de escassos recursos, um tratamento mais prestigioso. Não admira, por conseguinte, que estes jovens procurem imitar os irmãos mais velhos que já se iniciaram no trabalho assalariado.

Ganhar dinheiro e poder decidir como gastar parte dele, rapidamente se transformará em pseudo maturidade, com a entrada prematura no mercado de trabalho a promover um acesso adiantado a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto. Ou seja, quando um jovem é integrado na relação salarial tem a sensação de que se pode auto governar, pois o pouco dinheiro de que dispõe permite-lhe beneficiar de certa independência. Deste modo, os dados que sustentam a nossa análise permitem confirmar, que a pobreza desempenha um papel decisivo no aparecimento destes assalariados jovens, coadjuvando simultaneamente o seu insucesso e o abandono da escola.

A situação de défice económico, social e cultural em que se encontram estes alunos tende a gerar um ciclo de dificuldades, do qual só dificilmente conseguem sair. Assim, a estes défices acresce o facto de não serem acompanhados pelas famílias em casa, visto que também elas possuem pouca instrução. Gera-se então um quadro de perpetuação de insucesso escolar que posteriormente redunda no abandono precoce do

sistema com intuito de trabalhar e ganhar algum dinheiro. Entram, assim num mundo de trabalho precário, no qual permanecerão provavelmente o resto das suas vidas, ocupando posições desqualificadas e mal remuneradas.

Estas ilações prendem-se com o facto de todos os alunos inquiridos, com excepção de um, pretenderem de facto abandonar a escola, embora se apresentem conscientes de que o mundo do trabalho é mais duro. Esta posição foi partilhada pelos inquiridos e respectivos progenitores uma vez que enformados pela relação custo/benefício/risco[10] consideram que o benefício económico pode ser obtido sem a frequência escolar ou com um nível de instrução relativamente baixo.

Para os progenitores a desvalorização da escola é bastante significativa, visto que perfilham a ideia de que após a aprendizagem das competências básicas – ler, escrever e contar – é preferível ingressar no mundo do trabalho. Contudo, estas baixas expectativas em relação ao sistema educacional devem-se a atitudes culturais já enraizadas, que valorizam o trabalho em detrimento da escolaridade, fruto da inculcação de um destino social supostamente pré-determinado. Deste modo, a escola apresenta-se como um universo completamente dissociado do mundo do trabalho, onde os estudos, para além do nível de aquisição das competências básicas, não fazem falta para trabalhar.

No que concerne ao futuro, uma das raparigas considerou que já não tem idade para frequentar a escola e concorda com os pais quanto ao ingresso no mundo do trabalho. A título de exemplo refere os irmãos que emigraram, com baixa escolaridade, mas que conseguiram concretizar os seus objectivos de vida. A posse de casa e carro são sinónimo de riqueza, a qual é susceptível de obter sem estudar. Deste modo, tem como objectivo de vida trabalhar um ano na restauração em São Vicente, para obter dinheiro para casar. Após o casamento irá ter com os seus irmãos a Inglaterra, onde sonha trabalhar como cabeleireira. O final do seu sonho reporta-se ao retorno à Madeira, com dinheiro para comprar casa e automóvel e montar um salão de cabeleireira. Ou seja, a concretização das suas ambições exclui a frequência escolar, que considera desnecessária para conseguir poder económico.

Embora os projectos dos rapazes para o futuro não mencionem o casamento, têm em comum o facto de todos ambicionarem ser jogadores de futebol. No entanto,

[10] De acordo com o esquema teórico de Raymond Boudon, *A Desigualdade de Oportunidades*…pp. 82-86.

conscientes de que este sonho dificilmente se concretizará, os seus propósitos passam sobretudo pelo trabalho na construção civil ou em bares e restaurantes.

Embora as aspirações estejam voltadas para profissões pouco qualificadas,os nossos entrevistados têm como particularidade o facto de se aproximarem do que irão efectuar ao mesmo tempo que são encaradas em termos de mobilidade social ascendente. Uma vez que estes jovens antecipam realizações do futuro que as espera, verificamos que existe um acomodar das ambições às possibilidades reais, querendo ser aquilo que, quase certamente, virão a ser.

De salientar que as aspirações quanto ao futuro profissional se caracterizam pela exclusão da actividade agrícola, devido à incerteza dos rendimentos. Deste modo, a precariedade e a incerteza da condição rural assim como os sucessivos insucessos escolares operam como uma espécie de trampolim para aceder definitivamente à condição salarial.

Contudo, o baixo nível de capital escolar adquirido por estes alunos não lhes permite senão desempenhar actividades menos especializadas, nas quais a componente manual é ainda muito importante.

Da análise destes casos ressalta também que a divergência entre o ambiente sociocultural da escola e o das famílias está, directa ou indirectamente, na base da maioria dos insucessos e dos abandonos, visto que das referências negativas à escola, sobressai um sentimento de total desinteresse e repúdio em relação às aprendizagens aí realizadas. Ou seja, as brechas que se abrem entre a escola e a socialização familiar são inconciliáveis.

No entanto, a escola não é trocada simplesmente pelo trabalho. Na verdade ela é preterida por tudo aquilo que o trabalho pode representar para um jovem: o dinheiro, a autonomia, a independência e a possibilidade de fuga à vida camponesa.

Outro contraste que se alcança através da análise dos diálogos encetados prende-se com a disparidade dos comportamentos entre as raparigas e os rapazes, tal como também nos foi referido. Ou seja, as raparigas têm melhores notas e faltam menos às aulas. Uma vez que estas se identificam mais com as aprendizagens escolares do que os rapazes, tal facto reflecte-se no seu rendimento escolar, que é superior ao do sexo oposto. Face a esta constatação, não podemos excluir as configurações sociais que informam a divisão sexual das tarefas e responsabilidades. Assim, o quadro ideológico que define o papel de ambos os sexos relativamente ao trabalho, exerce uma pressão maior sobre os indivíduos do sexo masculino, já que é aos homens que se atribui a

responsabilidade de garantir o sustento da família. Circunstância que leva significativo número de rapazes a minimizar o papel da escola e a abandonar precocemente os estudos para ingressar no mercado de trabalho. O esquema normativo que nestes concelhos remete as mulheres para uma posição de dependência e submissão em relação ao trabalho dos homens[11] acaba por permitir que as raparigas tirem maior proveito da sua passagem pela escola e venham a obter níveis mais elevados de capital escolar.

Bibliografia

Benavente, Ana, et al., (1994). *Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa: Fim De Século Edições.

Carvalho**,** Angelina, (1998). *Da Escola ao Mundo do Trabalho*, Lisboa: I.I.E.

Ferreira Ana Maria Monteiro, (2002). *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português,* Coimbra: Quarteto.

Grácio, Sérgio, (1997). *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa: EDUCA.

Iturra, Raul, (1990). *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra – Ensaios de Antropologia Social Sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa: Escher.

Macmillan, Bonnie, (2005). *Porque São Diferentes os Rapazes*, Lisboa: Plátano Editora.

Mendonça, Alice, (2005, Dezembro 7). *Sucesso/Insucesso: Percursos da Organização Escolar* in I Colóquio DCE-UMa, Funchal.

Mendonça, Alice, (2007, Fevereiro 5). *Insucesso Escolar – A Escolaridade Obrigatória no Arquipélago da Madeira em finais do Século XX (1994-2000)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Madeira, Funchal.

Nogueira, Maria Alice, et al., (org.). (2000). *Família & Escola - Trajetórias de Escolarização em Camadas Médias e Populares*, Petrópolis: Editora Vozes.

Paquin**,** Anne & Parent, Ghyslain, (1994)." Inquérito Junto dos «Desertores» Sobre as Razões do Seu Abandono Escolar " vol. XX, nº 4, pp. 697-718 in *Revue des Sciences de L' Éducation.*

Pinto, Graça Alves, (1998). *O Trabalho das Crianças - De Pequenino é Que se Torce o Pepino (e* o Destino), Oeiras: Celta Editora.

(PIRLS). Mullis, I.; Martin, M.; Gonzalez, E.; Kennedy, A.(orgs.). (2003). *PIRLS Internacional Report: IEA's Study of Reading Literacy Achievement in Primary Schools*, MA: Chestnyt Hill, Boston College.

Silva, Cristina Gomes da, (1999). *Escolhas Escolares, Heranças Sociais*, Oeiras: Celta Editora.

Stoer, Stephen ; Araújo, Helena C.,(2000). *Escola e Aprendizagem Para o Trabalho Num País da (Semi)Periferia Europeia*, 2ª ed., Lisboa: I.I.E..

Toscano Moema, (2000). *Estereótipos Sexuais na Educação*, Petrópoles: Editora Vozes.

UNESCO, *Literacy Skills for the Word of Tomorrow- Further Results from PISA 2000*, (2003). Paris, France: Institute for Statistics, OECD Publications.

FONTES

Direcção Regional de Estatística:

XIII Recenseamento Geral da População, I.N.E., Lisboa, 1991.

[11] Todos os inquiridos referiram que o pai detém o poder no seio familiar.

XIV Recenseamento Geral da População, I.N.E., Lisboa, 2001.
Direcção Geral de Planeamento e Recursos Educativos:
● Relatórios de Insucesso (1994-2000)